



Município de S. Pedro do Sul

Plano de Desenvolvimento Social

2020-2022



Aprovado na reunião do NE do CLAS	Data: 15/01/2020
Aprovado na reunião do CLAS	Data: 22/01/2020

Índice

1. Introdução	4
2. Metodologia de Intervenção	7
3. Eixos de Ação	8
3.1 Demografia	8
3.2 Educação/requalificação para a inclusão	9
3.3 Famílias	10
3.4 Habitação e acessibilidades	11
3.5 Estilos de Vida Saudáveis	12
3.6 Empreendedorismo	13
4. Conclusão	14

1. INTRODUÇÃO

Volvidos três anos sobre o último PDS (2017-2019), importa agora apresentar um para o próximo triénio.

Com efeito, o anterior PDS resultava diretamente da leitura do Diagnóstico Social cuja revisão se tinha acabado de fazer. Desta leitura tinham resultado **seis eixos de ação**, donde se recensearam as problemáticas sociais mais atuantes, a saber:

Demografia; Educação; Famílias; Habitação e acessibilidades; Estilos de Vida Saudáveis; Empreendedorismo.

Uma vez que ainda não se procedeu a uma atualização do Diagnóstico Social do concelho de S. Pedro do Sul, estando a aguardar-se pelos próximos Censos em 2021 e também porque é um trabalho deveras extenso e moroso, este documento apresenta informações e estratégias de atuação baseados no último PDS, uma vez que as problemáticas sociais resultantes do último Diagnóstico Social continuam a verificar-se.

Pretende-se assim, com o presente PDS, continuar o trabalho de reforço e desenvolvimento de linhas de atuação territorial que vão ao encontro de alguns défices ou assimetrias já anteriormente apontadas no desenvolvimento social do concelho e que ainda teimam em permanecer.

As linhas de atuação atrás mencionadas mantêm-se ainda válidas na menção dos défices sociais resultantes, e, em termos gerais, são défices que decorrem naturalmente dos processos de modernização das sociedades contemporâneas, mas que, em contexto local, os efeitos são mais visíveis e preocupantes, sobretudo no nível do desenvolvimento social e da própria coesão social.

Os défices que no anterior PDS foram elencados, por exemplo, ao nível demográfico, ao nível do envelhecimento populacional associado a uma maior longevidade, levaram a que, ao nível das políticas sociais locais, se tivesse em conta os rácios demográficos da população mais idosa, a qual representa o maior número de efetivos proporcionalmente à população total, sem que a população mais jovem não deixasse de ser alvo de medidas de intervenção de forma a estimular o seu dinamismo, no caso, as medidas de apoio à natalidade e as medidas de apoio à educação.

Portanto, é com este pano de fundo que se parte para a continuidade do PDS nas suas diferentes operacionalizações pelos eixos de intervenção atrás referidos. O PDS está, assim, previsto, na sua validade e perspetiva de intervenção, para três anos - de 2020 a 2022, sendo operacionalizado nos

seus eixos de ação por Planos de Ação anuais concretos, ao nível de execução das intervenções e dos respetivos impactos e avaliações.

Por fim, as dimensões de análise subjacentes aos eixos de intervenção já apontadas no anterior PDS continuam válidas, seguindo assim as linhas de tendência e evolução social, a saber:

DEMOGRAFIA:

Linha de tendência marcante: evolução negativa e recorrente, desde 1991: de 19.083 habitantes em 2001, S. Pedro do Sul, passou a contar, em 2011, com 16.851 habitantes. Inversão do índice de natalidade no ano de 2016, comparativamente aos dois anos anteriores.

EDUCAÇÃO:

Linha de tendência marcante: diminuição da população sem qualquer grau de ensino relativamente a 2001; quebra significativa da população estudantil em praticamente todos os níveis de ensino, sobretudo no pré-escolar e 1º ciclo; aumento da população, em 40%, com ensino superior.

FAMÍLIAS E ALOJAMENTOS:

Linha de tendência marcante: diminuição do número de famílias em contraste com o aumento dos alojamentos.

ATIVIDADE SOCIOECONÓMICA:

Linha de tendência marcante: decréscimo do setor primário e duplicação do setor terciário; incorporação da economia social, representando metade do setor terciário da população ativa.

SAÚDE:

Linha de tendência marcante: aumento do número de consultas e das valências médicas, por exemplo, ao nível do rastreio oncológico.

AÇÃO SOCIAL CONCELHIA:

Linha de tendência marcante: dinamismo da rede social por parte das IPSS's, na procura de necessidades e soluções para as problemáticas referenciadas: respostas sociais implantadas em função da dinâmica demográfica do concelho, assim como à conjuntura social e económica (exs.: SAD, Centro de Dia, ERPI, Creche, Cantina Social, Banco Alimentar, POAPMC, Apoio à deficiência em equipamento, fórum sócio ocupacional, centro de recurso).

SEGURANÇA PÚBLICA:

Linha de tendência marcante: índice baixo de crimes comparativamente ao total nacional, resumindo-se a ações de atentado ao património, integridade física, injúrias e crimes de viação.

2. Metodologia de Intervenção

O PDS apela ao uso da metodologia de investigação-ação, isto é, visa responder a problemas concretos da realidade, fundamentando as suas práticas em processos de participação, implicação e avaliação constantes. O conhecimento produzido e as práticas inerentes a esse conhecimento fazem parte do próprio contexto, num continuum de responsabilização e avaliação das metas estabelecidas.

A metodologia investigação-ação aqui perfilhada não visa uma perspectiva académica na sua pura conceção, mas somente adequar o contexto epistemológico até aqui produzido ao desenvolvimento social e territorial, numa filosofia sustentada e participada.

3. Eixos de Ação

3.1 Demografia

O ano de 2019 manteve a mesma linha dos anteriores no que ao número de nascimentos diz respeito, verificando-se uma queda desde 2013 e mantendo-se entre os 80/90 por ano desde 2014. No entanto, as preocupações com a evolução demográfica continuam, sendo que os registos negativos a este nível provocam constrangimentos que se repercutem indelévelmente no desenvolvimento do concelho no seu todo.

Por conseguinte, as medidas tomadas por conta do envelhecimento da população, ao nível do declínio da natalidade e do aumento da população idosa pressupõe que as medidas sociais de atuação tenham continuidade, senão mesmo reforçadas no território, por forma a torná-lo mais coeso e atrativo das famílias, sobretudo das mais jovens, com o objetivo claro de desencadear processos integrados para o desenvolvimento social e económico do concelho.

Intervir ao nível dos idosos, com ações temáticas que levem à plenitude do seu bem-estar e à sua participação ativa e saudável, de forma voluntária, na gestão de recursos sociais e culturais, assim como ao nível de uma ação mais cívica.

Intervir ao nível das famílias, por uma ajuda mais direta e efetiva aos agregados mais jovens, quer pela integração mais ativa e facilitadora na atividade económica, estímulo ao emprego e empreendedorismo, bem como no estímulo à natalidade e no apoio à infância.

O presente eixo procura promover, de forma sustentada, a dinâmica social, indo ao encontro de soluções que visem o bem-estar, a integração e coesão social e atratividade do próprio território.

3.2 Educação/requalificação para a inclusão

Visa-se com este eixo aliar a educação, numa perspetiva de desenvolvimento de competências profissionais e pessoais, à inclusão e integração social, sobretudo de segmentos populacionais muito específicos, o caso das crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Promover a experiência profissional dos jovens até aos 30 anos, num aproveitamento das linhas de apoio ao emprego jovem; e a dinamização da formação profissional. A inclusão de medidas educativas que favoreçam o sucesso escolar. Tentativa de requalificação dos desempregados de longa duração (superior a um ano); e, por último, nas ações de formação direcionadas para a educação na cidadania, inclusão e desenvolvimento social.

3.3 Famílias

Nestes últimos três anos de atuação do PDS, mantém-se renovado o quadro de preocupações com uma conjuntura económica e social difícil para as famílias, sobretudo para as famílias mais vulneráveis e em situação de pobreza e mesmo de exclusão social. Este eixo é importante numa ação de integração comunitária que se pretende sistemática e continuada, indo ao encontro de situações indutoras de défices sociais a diversos níveis. Por exemplo, défices de organização familiar; gestão de recursos familiares, ao nível de apoios formais e informais; gestão de trajetórias pessoais e profissionais; a pobreza infantil, agravada com a crise económica; e ao nível de apoios sociais a famílias com problemáticas mais específicas, como as deficiências, dependências crónicas (aditivas) e/ou de saúde.

É ainda de relevar, na problemática dos défices sociais, a importância da cidadania relacional no atenuar destes défices, seja na forma informal seja mesma de forma mais formal, como é o caso do Banco do Voluntariado como forma de atuação ao nível informal, em processos de entajuda comunitária.

Por fim, é ainda de considerar o aspeto relacionado com a responsabilidade social das empresas para com a família, criando internamente uma cultura de apoio e de facilitação, no respeito pelas normas vigentes de apoio à família previstas na legislação laboral, na conjugação das necessidades familiares e laborais.

Portanto, é um eixo de intervenção exigente em termos de modelo e das ações a materializar, porque dependem, em primeiro lugar, do conhecimento da realidade e só, depois, executar medidas tendentes à resolução das problemáticas familiares.

3.4 Habitação e acessibilidades

Com o eixo de habitação e acessibilidades pretende-se fundamentalmente dar resposta a um conjunto de situações que, pela sua natureza de vulnerabilidade, embora pouco consideráveis no total do concelho em termos de vulnerabilidade habitacional.

Aguarda-se, para o efeito, pela reformulação do Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação, que abarque o maior número de situações possíveis (situação de casa própria, arrendamento, apoio à habitação, empréstimos, etc.).

Os apoios são, assim, temporalmente limitados e com características de execução muito específicas, isto é, nos apoios ao nível da desestruturação familiar; no apoio direto às habitações que revelem falta de infraestruturas básicas e/ou sanitárias. A continuidade do serviço camarário de apoio direto às habitações mais precárias (Oficina Domiciliária), como por exemplo, a prestação de serviços a pessoas idosas, bem como a famílias com baixos recursos socioeconómicos.

Outro tema relevante e aqui enquadrado tem a ver com a questão das acessibilidades e a sua importância na mobilidade das pessoas nos espaços públicos e/ou em equipamentos coletivos. Importa assim, definir um plano de intervenção que inventarie as situações de maior constrangimento em termos de mobilidade por forma a melhorar o nível de vida dos munícipes no acesso aos espaços públicos, mormente junto daqueles que apresentam maiores dificuldades de mobilidade (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas cegas ou surdas, pessoas com dificuldades sensoriais). É uma questão de elementar cidadania e de não discriminação espacial, o direito à mobilidade e à participação cívica em qualquer espaço público e/ou coletivo.

3.5 Estilos de Vida Saudáveis

O eixo “Estilos de Vida Saudáveis” pretende ser o eixo mais transversal de todos, no sentido da sua reflexividade para a consciencialização de determinadas temáticas que afetam sobretudo os jovens e os idosos. É o eixo mais direcionado para processos formativos de índole de intervenção comunitária e cívica, numa perspetiva de integração social mais ativa, cooperante e solidária.

3.6 Empreendedorismo

Eixo de intervenção que visa potenciar e desenvolver os recursos locais. Numa ação concertada com diferentes atores sociais, pretende-se sistematizar informação relevante no sentido de potenciar e desenvolver linhas de ação relativamente aos recursos do concelho com características endógenas e/ou de valor acrescentado, assim como, criar processos facilitadores de oportunidades e de iniciativas, tanto na economia de mercado como na economia social.

É assim um eixo focado na coesão social e na criação de oportunidades de vida, num combate à exclusão territorial por capacitação dos diferentes atores sociais. Como exemplo de boas de práticas de intervenção social e territorial destaca-se a implementação do Gabinete do Empreendedor, da Incubadora de Empresas sediada nas Termas de S. Pedro do Sul. São espaços que têm o mérito de desenvolver e executar um conjunto de medidas e de atividades de apoio ao emprego, à criação de empresas em espaço rural (empreendedorismo de base rural) e, essencialmente, ao desenvolvimento do tecido social e económico do concelho.

4. CONCLUSÃO

O presente PDS mantém, no essencial, o conjunto de eixos temáticos previstos no último PDS, dada a continuidade dos temas em questão e não ter havido alterações de fundo no quadro socioeconómico de suporte.

As dimensões em questão foram seis (eixos temáticos), as quais se mantêm: Demografia, Educação, Famílias, Habitação e acessibilidades, Estilos de Vida Saudáveis, Empreendedorismo, com o intuito de responder às problemáticas sociais mais relevantes no concelho.

Desde logo, aspetos relacionados com a demografia, constituindo esta própria dimensão um eixo temático, atendendo às evidências do dinamismo demográfico, quer na parte da natalidade, quer na parte dos idosos, por estarmos na presença, para o concelho, de uma pirâmide etária de tendência invertida, isto é, com valores abaixo da distribuição normal em termos demográficos, sobretudo no que respeita à natalidade.

Portanto, os eixos apresentados têm por referencial o dinamismo social do concelho, em todas as suas vertentes, procedendo-se, deste modo, a uma procura ativa e efetiva de respostas integradoras e sistemáticas às diferentes situações elencadas, por exemplo, no apoio à natalidade e à família, bem como ao empreendedorismo, como aspeto central de inclusão social dos indivíduos, por via da sua formação e qualificação profissional nas áreas chave para o desenvolvimento territorial.

Também é de referir que, um plano de desenvolvimento social desta índole, por estratégico e temporalmente definido para 3 anos (2020-2022), tem na sua base e conceção pressupostos de intervenção que, em certa medida, o orientam ou, pelo menos, o balizam na sua ação. Isto é, tem em conta as medidas ou políticas de âmbito social definidas em diversos contextos, seja no contexto europeu, como é o caso do Fundo Social Europeu; o contexto nacional, como é o caso do Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, e os Programas Operacionais do Portugal 2020, nomeadamente o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE); quer, como não poderia deixar de ser, as políticas definidas a nível regional e local, quer por entidades supraconcelhias (CIMVDL), quer de nível concelhio (PDM, Carta Educativa).

Finalmente, o PDS será sempre um instrumento de adaptação à realidade, no sentido reflexivo e de reavaliação das práticas envolvidas e/ou a envolver, tanto mais que, dado o seu carácter permanentemente aberto, terá que ter em linha de conta as novas definições políticas (locais, nacionais e europeias), quadros de apoio comunitário, assim como outros instrumentos locais de desenvolvimento local, como é o caso concreto do PDM e/ou outros instrumentos concorrentes na regulação social.

Por outro lado, para a operacionalização do PDS, como processo social de intervenção e de identificação perante os diferentes atores chamados a intervir e/ou que com ele queiram cooperar, é necessário que o mesmo assente numa base forte de participação, solidariedade e de responsabilização.

Neste aspeto, os Planos de Ação irão materializar as estratégias previstas no PDS, através da realização de ações e atividades incrementadas pelos diversos parceiros locais, designadamente IPSS's, "forças vivas" do concelho, empresas, entre outras entidades. Por último, de salientar que, para a sinergia entre os diversos parceiros, no âmbito da co-responsabilização local, será útil a dinamização de Grupos de Trabalho Temáticos, de forma a operacionalizar as ações previstas nos diferentes instrumentos de atuação e assim responder às dinâmicas sociais.